

Lista de Leis e Decretos ambientais federais de aplicação obrigatória na gestão municipal

Lei Federal 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): Define as diretrizes gerais da política ambiental nacional, incluindo a descentralização da gestão ambiental para os municípios.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

Lei Federal 12.608/2012 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC): Tem como objetivo principal reduzir os desastres e seus impactos no Brasil, protegendo a vida, o patrimônio público e privado e o meio ambiente. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm

Lei Federal 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): Estabelece diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambiental adequado dos resíduos sólidos, incluindo a responsabilidade dos municípios na coleta seletiva, tratamento e disposição final dos resíduos.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Lei Federal 12.651/2012 - Novo Código Florestal Brasileiro (NCFB): Regulamenta a proteção da vegetação nativa, definindo as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs) e estabelecendo normas para o uso e manejo sustentável dos recursos florestais.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

Lei Federal 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais: Define crimes e sanções penais para condutas lesivas ao meio ambiente, incluindo crimes contra a flora, fauna, recursos hídricos e solo.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001): Lei fundamental para a gestão territorial municipal, que define princípios, diretrizes e instrumentos para o planejamento urbano, ordenamento territorial e desenvolvimento urbano sustentável. Estabelece mecanismos para garantir o direito à moradia digna, à infraestrutura urbana adequada e à participação popular na gestão da cidade.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Lei Federal 11.445/2007 - Diretrizes nacionais para o saneamento básico: Define os caminhos para a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, estabelecendo responsabilidades dos municípios na prestação dos serviços de saneamento básico. Essencial para o PDM, pois garante a saúde pública e a qualidade de vida da população, orientando o planejamento da infraestrutura urbana.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Lei Federal 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança do Clima: Estabelece diretrizes para a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima, incluindo medidas de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Importante para o PDM, pois permite o planejamento e a implementação de ações para enfrentar os desafios climáticos e garantir a sustentabilidade do município.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

Lei Federal 6.766/1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm

Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA): Instrumento de planejamento específico para a proteção da Mata Atlântica em municípios que abrigam esse bioma. Define diretrizes, objetivos e instrumentos para a conservação, recuperação e valorização da Mata Atlântica no território municipal, instituído no artigo 38 da Lei da Mata Atlântica (11.428/06).

<https://pmma.etc.br/>

Marco de Sendai: O Marco de Sendai tem como objetivo reduzir o número de mortes e perdas sociais, econômicas e ambientais causadas por desastres. Ele estabelece quatro diretrizes para a redução dos riscos de desastres, considerando as circunstâncias e leis nacionais, bem como os compromissos e obrigações internacionais: Compreender o risco de desastres, Fortalecer a governança e o gerenciamento de riscos de desastres, Investir na redução de riscos de desastres para a resiliência e Preparar uma resposta eficaz para a reparação e reconstrução.

https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficial%5B1%5D.pdf

Plano Nacional de Adaptação: instituído em 2016 pela Portaria nº 150 do Ministério do Meio Ambiente, é um instrumento fundamental para promover a gestão dos riscos climáticos no Brasil. O plano visa reduzir a vulnerabilidade do país aos impactos da mudança do clima, tanto no presente quanto no futuro, através de ações estratégicas e medidas de adaptação em diversos setores.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/plano-nacional-de-adaptacao>

Decreto Federal nº 11.962/2024: Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais nas regiões brasileiras e como resultados esperados o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm

Lei Federal nº 9.433/97: Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é um dos instrumentos que orientam a gestão das águas no Brasil. O conjunto de diretrizes, metas e programas que constituem o PNRH foi construído em amplo processo de mobilização e participação social.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm

Lei Federal nº 11.124/2005: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm

Lei Federal nº 9394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Recomendação de indicadores:

ABNT. ABNT NBR ISO 37120: Indicadores para Serviços Urbanos e Qualidade de vida. Brasil, 2021a.

ABNT. ABNT NBR ISO 37122: Indicadores para Cidades Inteligentes. Associação Brasileira de Normas Técnicas Brasil, 2021b.

ABNT. ABNT NBR ISO 37123: Indicadores para cidades resilientes. Brasil, 21 jan. 2021c.

<https://abnt.org.br/certificacao/smartcities/>